

---

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**22**  
**Mar**  
2017



# CLIP PING

TJ  
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

---

### Mulheres recebem homenagem na Justiça

Será realizada nesta sexta-feira, às 16 horas, a solenidade "As mulheres no Poder Judiciário Capixaba", no Tribunal de Justiça do Estado.

Serão homenageadas a primeira juíza de Direito do Espírito Santo, Victoria de Lima, e a primeira desembargadora do TJ-ES, Catharina Barcellos, além da servidora mais antiga em exercício no Tribunal.



**CATHARINA** será homenageada

## ESPECIAL SEGURANÇA

# GOVERNO VAI INVESTIGAR SE PMs FAZEM “CORPO MOLE”

## Secretário André Garcia disse que produtividade será avaliada

▲ MAYRA BANDEIRA  
mpbandeira@redgazeta.com.br

Após a greve da Polícia Militar, os relatos sobre ausência da PM nas ruas e demora nos atendimentos às ocorrências têm sido frequentes. Questionado em relação ao assunto de que policiais estão fazendo “corpo mole” durante o trabalho nas ruas, o secretário de Segurança Pública do Espírito Santo, André Garcia, afirmou que isso será investigado.

A situação de aparente “apatia” da corporação é visível até mesmo pela reportagem, durante a cobertura diária nas Delegacias da Grande Vitória.

Regionais como a de Vitória, que registrava em média cinco flagrantes por dia, fora a confecção de Termos Circunstanciados e Boletins Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BOC), tiveram uma redução de registro de ocorrências em torno de 80%.

Hoje, quando muito, o registro é de dois flagrantes. A maior parte dos procedimentos abertos era de tráfico de drogas e roubos. Na Serra, na 3ª Regional, delegacia onde se registra o maior número de ocorrências, a situação é a mesma. De uma média de até sete flagrantes registrados, numa noite de sexta-feira, por exemplo, o número caiu para um.

André Garcia não acredita em uma retaliação por parte dos militares, mas disse que vai apurar a situação. “Não acredito nisso. Mas, nós vamos investigar sim e verificar o porquê desses atrasos e se eles ocorreram de fato. Todos os indicadores operacionais e de produtividades estão sendo avaliados”, afirmou o secretário.

### DEMORA

A reclamação da falta de policiais nas ruas foi reforçada pela família do cabele-



EDSON CHAGAS

Garcia, titular da pasta da Segurança, disse não acreditar em retaliação por parte dos policiais militares



MARCELO PREST/ARQUIVO

Viatura da PM vista nas ruas logo após o fim da greve da corporação

reiro Wamevo Santos Cardoso, de 31 anos, assassinado no último dia 15 deste mês, durante um assalto, em Manguinhos, na Serra. A vítima estava na praia com a família, quando foi morta, na frente da esposa.

Familiares reclamaram que a PM demorou a chegar ao local e que tentaram por diversas vezes manter

contato com o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes), mas não conseguiram.

E esse retorno insatisfeito da polícia à ativa foi pauta de conversa entre as pessoas consideradas as “cabeças” do movimento grevista da PM. Conversas interceptadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organiza-

do (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPES) e divulgadas na manhã de segunda-feira, revelaram isso.

“Quem saiu perdendo nisso tudo aí foi a população né. Porque...a polícia tá na rua, mas não está trabalhando”. A fala é do ex-soldado da PM Walter Matias Lopes, preso junto com mais três pessoas du-

rante uma operação.

Foram presos também Ângela Souza Santos, Cláudia Gonçalves Bispo, o policial militar da ativa Leonardo Fernandes Nascimento. Todos foram conduzidos para o Presídio Militar, no Quartel da PM, em Maruípe, Vitória.

Em uma das conversas, Ângela, mulher de um PM, disse: “Vai ter surto de novo e Vitória vai ficar de cabeça para baixo... O bicho vai pegar. É cada um por si e Deus por todos nós.”

O secretário comentou sobre essa declaração e a possibilidade de uma nova paralisação. “Estamos vendo que poucos estão insistindo nesse cenário de desordem e baderna. Pelo que foi visto na operação do MP que quem apostar nesse caminho vai ter um desfecho muito ruim”, ressaltou.

“Quando se retorna de um movimento de paralisação total, acontecem alguns reflexos na velocidade de retomada dos serviços”

“Estamos apostando na reconstrução da imagem e da postura da Polícia Militar com base na disciplina e na hierarquia”

“Seja lá qual for a postura adotada que cause prejuízo à sociedade, é um caminho errado, e que nós não vamos permitir”

— ANDRÉ GARCIA  
SECRETÁRIO ESTADUAL

## ESPECIAL SEGURANÇA

## ESCUTAS



FOTOS: BERNARDO COUTINHO - 20/03/2017

Do ex-militar Walter Matias; Leonardo Fernandes Nascimento, PM da ativa; Ângela Souza Santos, mulher de um cabo; e Cláudia Gonçalves Bispo, mãe de policial

## GRAVAÇÕES

## ▼ Ministério Público

As gravações foram feitas entre os dias 2 e 18 de março pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Espírito Santo (MPES).

## ▼ Suspeitos

Estão sob prisão preventiva são: Ângela Souza Santos, mulher de um cabo da PM; o ex-PM Walter Matias Lopes, presidente da Associação dos Beneficiários da Polícia e Bombeiros do Estado; Leonardo Fernandes Nascimento, PM da ativa; e Cláudia Gonçalves Bispo, mãe de policial militar.

## ▼ Conversas

Nas gravações, Ângela chama Walter Matias Lopes de Matias.

As conversas são parte da Medida Cautelar da "Operação Protocolo Fantasma", do MPES.

POLICIAIS  
BRAÇOS CRUZADOS - DIA 2

## ▼ Ângela

"Você pode sair na rua que você não vê uma barquinha (viatura) na rua. Se você ver pode ter certeza foram tomar café, foram fazer alguma coisa, estão enrolando pra poder chegar no quartel."

## ▼ Matias

"Quem saiu perdendo nisso tudo aí foi a população né. Porque... A polícia tá na rua mas não tá trabalhando. (...) Qual motivação que eles vão ter pra... Pra fazer alguma coisa".

## ▼ Ângela

"Nenhum, menino. A

polícia tá na rua, mas não tá trabalhando não, tá todo mundo de braço cruzado. Tá todo mundo com raiva já. (...) Vai ser melhor ainda pro negócio não esfriar, só que negócio não esfriou não, os policiais agora que não querem trabalhar. (...) Eu não sei o que é pior, Matias, esse povo preso do jeito que tava ou agora tudo solto na rua sem fazer nada."

## CADA UM POR SI - DIA 6

## ▼ Ângela

"Revoltada, porque eles estão tentando chamar atenção da sociedade. A sociedade tá vendo que a polícia tá fazendo nada não menina, e não vai fazer nada não, quem quiser se cuide cada um por si e Deus por todos nós. (...) A X. me ligou agora

falou: ô, Ângela, me fala verdade aí que que vai acontecer, falei: Aqui minha filha sou Jesus Cristo não. (...) E comprar um ponto quarenta parece senhora que eu nunca vi polícia aposentado sem arma (risos). Aquela X. é cagona, já foi pagar o povo hoje e diz ela: ô Ângela, dorme lá em casa hoje, eu falei eu hein."

## SEM VIATURAS - DIA 6

## ▼ Ângela

"(...) Porque Cláudia depois do dia oito o bicho vai pegar quando o Exército for embora. Você vai ver vai voltar a mesma p". Liga pro Ciodes agora e fala que tá tendo um assalto em algum lugar pra vê se vai alguma viatura. O c\* que vai (...)"

## ▼ Cláudia

"Não tão trabalhando, não tá trabalhando, mataram o cara aqui até agora a polícia não chegou."

## ESTOQUE

## GREVE - 6 DE MARÇO

Ângela em conversa com Y. falando sobre X.

## ▼ Ângela

"X. já foi hoje pro supermercado. Eu falei: X. você quer minha milha começa guardar comida que o bicho vai pegar de novo. (...) Meus colegas da Polícia Civil já me falaram a mesma coisa pois é bonito agora se o rabecão entrar de greve eu quero ver o que vocês vão arrumar. (...) Menina você vai ver quando o exército for embora, você vai ver, oh! Vagabundagem já

descobriu que a polícia não tá fazendo nada".

AMEAÇA  
BATALHÃO - 16 DE MARÇO

## ▼ Ângela

"Passei na quinta Cia e os policiais estão com raiva e concordaram em fechar os batalhões. O Z. disse que os policiais do quarto batalhão também querem fechar".

## ▼ Cláudia

"Precisamos de mais mulheres porque vinte é pouco".

## ▼ Ângela

"Precisamos das mulheres do interior".

## ▼ Cláudia

"Alegre quer fechar lá".

## ▼ Ângela

"Temos que fechar um batalhão só por 24h. Tem que ser o primeiro batalhão que é menos violento".

# "A polícia não está trabalhando"

Frase é do ex-PM Walter Matias em escuta com outros presos por articular greve

## SIUMARA GONÇALVES

Quatro pessoas foram presas na segunda-feira suspeitas de liderarem e planejar uma nova greve da Polícia Militar. Escutas telefônicas revelaram ainda que Ângela Souza Santos, Walter Matias Lopes, Leonardo Fernandes Nascimento e Cláudia Gonçalves Bispo conversavam sobre policiais que voltaram às ruas, mas não estariam trabalhando.

As gravações telefônicas foram feitas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual, entre os dias 2 e 18 de março.

Em conversa do dia 2 de março, Walter, presidente da Associação dos Beneficiários da Polícia e Bombeiros do Estado, fala com Ângela, so-



Mulheres na saída do Primeiro Batalhão em fevereiro; plano era fechá-lo novamente

bre os policiais de volta às ruas. "Quem saiu perdendo nisso tudo aí foi a população né. Porque... A polícia tá na rua, mas não está trabalhando", conta Walter Matias.

Pouco depois na conversa, Matias, como é cha-

mado por Ângela, pergunta sobre a motivação que policiais têm para trabalhar. "A polícia tá na rua, mas não tá trabalhando não, tá todo mundo de braço cruzado. Tá todo mundo com raiva já", res-

ponde Ângela.

Já no dia 8, Ângela conversa com outra familiar de policial. Revela que foi ao supermercado fazer compras porque "o bicho vai pegar de novo (...). Meus colegas da PC já me falaram a

mesma coisa, pois é bonito agora se o rabecão entrar de greve eu quero ver o que vocês vão arrumar", disse.

Sobre a saída do Exército do solo capixaba, comenta que os bandidos irão tomar conta do Estado. "A vagabundagem já descobriu que a polícia num tá fazendo nada."

## PLANEJANDO

No dia 16 de março, Ângela afirma para Cláudia que policiais do quarto e do quinto batalhões querem fechar o local, mas avisa qual tem que ser o primeiro.

"Temos que fechar um batalhão só por 24 horas. Tem que ser o primeiro batalhão que é menos violento", revela.

Segundo ela, o fechamento do batalhão teria que acontecer logo. Cláudia conta que passaria em Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Apiaçá para conversar com parentes de policiais.

## Permanência da Força é avaliada

O secretário de Segurança Pública, André Garcia, afirmou ontem que a necessidade de permanência da Força Nacional no Estado segue sob avaliação, ainda que a Polícia Militar já tenha restabelecido os trabalhos.

A princípio, a Força Nacional que atua no Estado desde o último dia 6 de fevereiro, continua no Espírito Santo até amanhã. "Acredito que em função do desenvolvimento do policiamento que está sendo feito e da normalização das atividades não será necessário postergar essa permanência, mas vamos avaliar até o último dia", analisou.

BERNARDO COUTINHO/ARQUIVO

## **Hospital e médicas vão ter que pagar R\$ 250 mil por morte de criança no ES**

**Valor é referente aos danos morais sofridos pelos pais do bebê.**

**Pais da criança alegam negligência da unidade e das funcionárias**

Um hospital e mais duas médicas foram condenados a pagar indenização de R\$ 250 mil após a morte de uma criança em Vitória. Os pais da criança alegam que houve negligência da unidade e das profissionais. O valor da reparação é referente aos danos morais sofridos pelos pais do bebê.

De acordo com os autos, o falecimento do menor teria sido ocasionado por conta de negligência no atendimento realizado nas dependências da instituição. A decisão é do juiz da 10ª Vara Cível do Fórum da capital, Marcelo Pimentel.

As informações do processo apontam que, em julho de 2012, os pais levaram o filho, de apenas um ano e onze meses de idade, para uma consulta no hospital, já que a criança estava febril.

Ao ser atendido por uma profissional, o menor foi diagnosticado com amigdalite aguda não especificada, sendo encaminhado, em seguida, para internação, sob a orientação de passar por nebulização associada com medicação antialérgica e antitérmica.

Segundo as alegações dos pais da criança, em apenas uma hora de internação, o quadro de saúde piorou consideravelmente, o que ficou comprovado no prontuário médico referente ao dia dos fatos. Ainda na mesma noite, o menino, por causa do avanço da febre e da falta de ar, não conseguiu dormir. Ao pedir ajuda ao profissional responsável por acompanhar o estado do menor, a mãe foi informada de que se tratava de uma situação normal, que não precisava se preocupar, informação que também consta no prontuário, de acordo com os autos.

Durante todo o período em que esteve internada, cerca de dois dias, a criança não apresentou qualquer sinal de melhora no quadro clínico, principalmente em relação à diminuição da febre. Outro fator que influenciou na complicação da saúde do bebê foi a incapacidade de se alimentar, fato confirmado por uma enfermeira que acompanhou o caso.

Em apenas 24 horas após a chegada à unidade hospitalar, o quadro de saúde da criança já tinha evoluído para gravíssimo, motivo pelo qual ela foi transferida para a Unidade de Terapia Intensiva(UTI) do hospital, onde faleceu dois dias depois.

Em manifestação durante a fase de instrução dos autos, quando as partes são ouvidas, o hospital alegou que as profissionais não tinham responsabilidade sobre a morte da criança, não sendo, neste caso, capazes de responder pelos danos morais sofridos pelos pais do bebê.

No entanto, o magistrado entendeu que a conduta das requeridas contribuiu, sim, de alguma forma, para a morte do menor, pois não foram realizados procedimentos que evitariam o desfecho trágico para a família da criança.

## **Justiça manda soltar acusado de matar PM durante assalto na Serra**

**O Ministério Público pediu novas investigações à polícia e a Justiça entendeu que Wanderson Vasconcelos Dossi não poderia ficar mais tempo preso entre outros motivos porque ainda não há certeza de que ele é o autor do crime**

O homem apontado pela polícia como o assassino do policial militar André Monteiro dos Santos, 22 anos, ficou preso menos de um mês e já está em liberdade. O soldado foi morto no meio da rua, na Serra-Sede, ao reagir a um assalto. Wanderson Vasconcelos Dossi, 25 anos, foi preso dois dias após o crime e foi solto no último dia 13.

A Polícia Civil informou, em nota, “que na decisão do juiz consta que o Ministério Público não denunciou o investigado no prazo legal e, por isso, a prisão preventiva do suspeito foi revogada.” Diz ainda que não recebeu o procedimento.

Entretanto, o Ministério Público pediu novas investigações à polícia e a Justiça entendeu que Wanderson não poderia ficar mais tempo preso, entre outros motivos, porque ainda não há certeza de que ele é o autor do crime. Na decisão de soltá-lo, a juíza Letícia Maia Saúde destacou o pedido para produção de novas provas, o pedido para devolução do caso para polícia realizar novas investigações, e a demonstração de que essas apurações são necessárias para que os promotores tenham certeza de que foi Wanderson que atirou contra o policial.

A juíza também ressaltou que várias outras pessoas foram investigadas como possíveis autores do crime, inclusive um menor que estava com uma motocicleta que poderia ter sido usada pelo criminoso, “sendo que nenhuma dessas pessoas foi submetida a reconhecimento” pela namorada do soldado, que o acompanhava. O próprio Wanderson, observa a juíza, “não foi submetido a reconhecimento formal, conforme estabelecido na sistemática processual”.

Quando Wanderson foi preso, no dia 17 de fevereiro, a Polícia Civil informou que chamou a namorada do soldado morto para reconhecimento. O delegado Fabiano Rosa disse naquele dia que foram apresentados a ela o capacete e a moto apreendidos e que ela reconheceu os materiais. Também apresentaram a ela uma gravação com a voz de Wanderson. Na hora, observou o delegado, ela quase desmaiou e confirmou que era a voz do bandido que matou o PM. Por fim, o acusado foi mostrado e, ao vê-lo, ela ficou muito nervosa e passou mal. “Sem sombras de dúvidas é ele”, garantiu o delegado no dia em que Wanderson foi apresentado como o assassino.

### **O crime**

O soldado André Monteiro dos Santos atuava no Grupo de Apoio Operacional (GAO) da Polícia Militar. De acordo com a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o soldado e a namorada voltavam a pé de uma academia de ginástica quando o criminoso chegou em uma moto e anunciou o assalto. O policial reagiu, sacando a pistola calibre ponto 40 que carregava. Mas a arma travou e o PM teve dificuldades de tirá-la da cintura. O bandido, que estava armado com uma faca, aproveitou esse momento e partiu para cima do PM.

Os dois entraram em luta corporal e a pistola caiu no chão. A namorada do policial tentou pegar a arma. Com um capacete nas mãos, ela chegou a dar uns golpes no bandido para afastá-lo. Mas o criminoso foi mais rápido, pegou a pistola e deu um tiro na direção do pé dela, que correu e não foi atingida. O assaltante deu 14 tiros no policial e fugiu sem levar nada, pilotando uma Honda CB 300 vermelha.

Quando foi preso, Wanderson negou envolvimento na morte do PM à imprensa. “Eu tenho como provar que não matei, porque eu estava no meu bairro com meus amigos na pizzaria onde trabalho. Tem câmera lá. Sei que me reconheceram, mas isso é uma injustiça. Eu nunca teria coragem de atirar em alguém. Eu não matei o policial”, disse o acusado.

NAS MÃOS DA ASSEMBLEIA

# Governo agora tem pressa para manter PMs nos Poderes



TATI BELING/ALES

Plenário da Assembleia Legislativa pode aprovar hoje votação em urgência

## Votação da proposta do Executivo deve ocorrer até segunda-feira no Legislativo estadual

▲ NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

Três meses após sancionar a lei que impede que policiais militares da ativa sejam cedidos a Poderes e órgãos públicos, o governo busca aprovar, com urgência, um novo texto que autoriza a cessão de 40 PMs para atuar no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e no Ministério Público Estadual (MPES), 20 em cada instituição.

Há exatamente um mês a nova lei entrou em vigor, mas até agora ela não está sendo cumprida, visto que cerca de 100 militares não deixaram o TJES e o MPES. Os Poderes alegam que esses PMs exercem atividades que só cabem a policiais da ativa.

O projeto que atenderia o pleito dos órgãos entrou em pauta na sessão de ontem da Assembleia Legislativa. De acordo com a justificativa assinada pelo governador Paulo Hartung (PMDB), a regulamentação do serviço dos militares vai permitir o auxílio às instituições “no campo da inteligência militar e no exercício da persecução criminal”.

No entanto, de acordo com o projeto, a remuneração do militar será paga pelo Poder onde os oficiais

forem atuar. Apenas os gastos com munição deverão ser efetivados pelo Executivo estadual. Também será necessária a celebração de convênio.

O líder do governo, Gildevan Fernandes (PMDB), pediu regime de urgência ao projeto. Mas após o deputado Euclério Sampaio (PDT) pedir que a votação fosse nominal, não houve quórum para que a urgência fosse aprovada ontem.

Segundo o presidente da Comissão de Segurança, Gilsinho Lopes (PR), a urgência deve ser aprovada hoje, para que o projeto seja votado na segunda-feira.

Enquanto isso, Da Vitória (PDT) defendeu a necessidade de uma emenda ao texto para que a Assembleia também possa celebrar convênios para contar com policiais da ativa, mesmo que não sejam necessários atualmente.

## RECUO

### 40

#### policiais cedidos

Será o máximo autorizado a atuar no TJES e no MPES, segundo o projeto.

## ENTENDA A POLÊMICA

### O PROBLEMA

#### ▼ Assessoria militar

Em novembro, A GAZETA mostrou que cinco PMs estavam atuando irregularmente como assessores militares na Assembleia Legislativa.

#### ▼ O retorno

Naquele mês, a Secretaria Estadual de Segurança Pública retirou os cinco policiais da Assembleia. Dias depois, foi aprovada

uma lei, de autoria do Executivo, determinando que policiais militares cedidos a órgãos e Poderes no Estado retornem para o policiamento ostensivo.

### NA PRÁTICA

#### ▼ Sanção

A lei foi sancionada no dia 21 de dezembro e entrou em vigor em 21 de fevereiro.

#### ▼ Críticas

Durante esses dois meses, Ministério

Público e Judiciário questionaram a determinação, alegando que causaria prejuízos às atividades.

#### ▼ Atividades-fim

Os Poderes afirmam que os cerca de 100 PMs cedidos a eles atuam em atividades policiais. No MPES, auxiliam em investigações pelo Gaeco, e no TJES, fazem atividades como escolta e segurança especializada.



## REPORTAGEM ESPECIAL

# A GAZETA É ALVO DE AÇÕES DE POLICIAIS

## Mensagens no WhatsApp incentivam abertura de processos

A GAZETA é alvo de uma série de ações de policiais militares que questionam uma charge de Amarildo, publicada no dia 18 de fevereiro, sábado do Carnaval de Vitória, uma semana antes do carnaval oficial. Até ontem, havia cinco ações contra o jornal, quatro delas na Grande Vitória e uma em São Mateus.

Na charge, sob o título "Carnaval 2017", duas figuras, uma fantasiada de bandido e outra, de policial, assustam-se com a presença um do outro. A primeira figura pede calma e avisa que é um policial fantasiado de bandido. E o outro diz que "é um ladrão fantasiado de policial".

Duas mensagens de WhatsApp, uma de texto e outra de áudio, indicam que a charge é um entre outros motivos de reclamações de policiais. As mensagens conclamam os militares a entrar com "ação de indenização por danos morais em face do jornal A GAZETA".



Charge de Amarildo, publicada no dia 18 de fevereiro, sábado de Carnaval de Vitória, motivou ações

## MENSAGENS

"Se os posts fossem 'procurem seus direitos', a pessoa estaria ainda dentro de uma licitude. Teria direito de ter uma opinião de que a charge é ofensiva"

**DIOGO DE SOUZA MARTINS**  
CORREGEDOR DA OAB-ES

cial é uma ofensa sem precedentes contra aquele que jurou defender a sociedade do "bandido".

Em uma das liminares negadas, o juiz Alexandre de Oliveira Borgo, da Serra, justificou a negativa: "Verifico que a charge demonstra um contexto de carnaval, uma data comemorativa em que as pessoas se fantasiavam de determinados personagens reais e da ficção". E completa: "Desta forma, aparentemente não vislumbro em cognição sumária qualquer ofensa direta à dignidade do autor nem à categoria dos policiais, eis que a charge não se dirige diretamente ao autor nem à categoria mas apenas relata uma situação cotidiana e se refere especificamente a dois personagens específicos e fictícios e em período de carnaval".

"Ao que parece, a charge não extrapolou o direito de livre manifestação de forma suficiente a ofender outros direitos e garantias constitucionais", concluiu o juiz.

## APOIO

Sobre o assunto, o cabo Fernando Lopes Lyra, diretor da Associação de Cabos e Soldados, relatou que houve policiais que ficaram de fato ofendidos com a charge e que a entidade apoia seus associados.

## MENSAGEM

"Frente as inúmeras notícias tendenciosas com fulcro em deturpar luta digna e legítima de nossa nobre e valorosa categoria, o grupo A Gazeta tem veiculado matérias que em muitas vezes são baseadas em falsos dados (...) Como ponto culminante da tentativa maquiavélica foi então publicado imagem tipo charge onde policial militar é transvestido de bandido", diz trecho da mensagem.

A mensagem de áudio reforça: "Para que ela (a ação) ganhe força, legitimidade e poder, é necessário que os policiais militares entrem com a causa. (...) Quanto maior for o número de adeptos, maior será a chance de vitória". A mensagem de texto disponibiliza um número de telefone e



GUILHERME FERRARI

"Essas mensagens sugerem uma tentativa de intimidar o trabalho da imprensa"

**Pablyto Robert**  
GERENTE JURÍDICO  
DA REDE GAZETA

um e-mail para contato.

"Essas mensagens sugerem uma tentativa de intimidar o trabalho da imprensa", diz Pablyto Robert Baióco Ribeiro, gerente jurídico da Rede Gazeta. Por causa dessas mensagens, a Corregedoria da Ordem dos Advogados do Brasil no

Espírito Santo abriu procedimento para apurar captação irregular de clientes. "É a pessoa se colocar à disposição, por ela mesma ou por terceiros, fomentando outros a contratarem-na para ajuizar causa", explicou Diogo Martins, corregedor da OAB.

"Se os posts fossem 'procurem seus direitos, seus advogados', a pessoa estaria ainda dentro de uma licitude. Ela teria direito de ter uma opinião de que a charge é ofensiva. Só que ela se coloca ao dispor, dá um e-mail, dá um telefone. Aí é que a

coisa muda de figura", completa o corregedor.

## ASAÇÕES

As cinco ações alegam danos morais causados pela charge e pedem indenização. As quatro da Grande Vitória, idênticas em seu conteúdo, mas com autores diferentes, pedem ainda, liminarmente, a retirada de circulação da charge em todos os meios de comunicação da Rede Gazeta. Os quatro pedidos de liminar foram negados.

Trecho de uma das ações diz: "No mundo real, o 'bandido' é o arquirrival da polícia, é o seu maior empecilho no mundo do crime, de modo que a fantasia de polícia para 'bandido' é uma desmoralização a toda a Corporação, doutra banda, fantasia de 'bandido' para poli-

## **Justiça do ES condena plano de saúde a pagar R\$ 10 mil a paciente**

**Paciente alegou ter sido ofendida, enquanto estava internada.**

**Juiz disse que conduta extrapola todos os limites da falta de respeito.**

Um plano de saúde foi condenado pelo 2º Juizado Especial Cível de Vitória a indenizar em R\$ 10 mil, por danos morais, uma paciente que alegou ter sido ofendida, enquanto estava internada, por uma pessoa que se identificou como auditor da empresa.

O processo aponta que o homem entrou no quarto em que a requerente se encontrava, chamando a autora da ação de desonesta e 'baixo nível', na frente de outros pacientes.

De acordo com o depoimento de uma testemunha nos autos, o homem insultou a paciente e afirmou que ela mentiu ao dizer que não tinha doença pré-existente à assinatura do contrato. A testemunha confirmou, ainda, que a mulher ficou muito nervosa e abalada com o ocorrido, chegando a desmaiar.

Além disso, a paciente estava internada por força de uma liminar que autorizou a realização de uma cirurgia de urgência e o ocorrido demonstrava, ainda, segundo o magistrado, uma ofensa à própria Justiça.

De acordo com o juiz, a conduta do representante da empresa extrapola todos os limites da falta de respeito para com a enfermidade do outro.

“Constitui ato de extrema gravidade, capaz de acarretar não só abalo moral mas até mesmo colapso físico, tamanha a humilhação imposta pelo ato desumano, em flagrante desrespeito à dignidade da pessoa humana. Trata-se de lamentável desvirtuamento do que minimamente se espera de um profissional da área de saúde”, destacou o magistrado.

## Outdoor relembra 14 anos de assassinato de juiz no Espírito Santo

**Anúncio tem a foto do juiz Alexandre abraçado ao pai com a frase: “Leopoldo, aguardo o seu julgamento há 14 anos. Apareça”. Defesa do juiz Leopoldo qualifica mensagem como “atitude despropositada”**

O assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho vai completar 14 anos nesta sexta-feira (24). Durante todo esse tempo, o pai do magistrado, o advogado Alexandre Martins de Castro, luta para que os mandantes do crime sejam julgados. Em 2015, dois dos três acusados de mando do crime sentaram no banco dos réus. Entretanto, 14 anos depois, o julgamento do juiz aposentado Antônio Leopoldo Teixeira, um dos acusados, ainda não foi marcado. Com medo do crime prescrever, a advogado mandou colocar um outdoor na Avenida Fernando Ferrari, em Vitória, como forma de protesto.

O outdoor tem a foto do juiz Alexandre abraçado ao pai com a frase: “Leopoldo, aguardo o seu julgamento há 14 anos. Apareça”. De acordo com o pai do juiz Alexandre, o outdoor é uma forma de homenagear o filho e ao mesmo tempo uma forma de protesto. “Tive a ideia de colocar o outdoor para Leopoldo saber que estou esperando ele para o julgamento e para todo mundo saber que por mim, ele já teria sido julgado, mas ele entra com recurso em cima de recurso”, disse à Rádio CBN.

Segundo Alexandre Martins, os recursos são estratégias para que o crime prescreva, o que acontece daqui a seis anos. Outro motivo para a demora no julgamento de Antônio Leopoldo, segundo o advogado, é a falta de interesse do Ministério Público em acompanhar o caso.

“O Ministério Público tem de acompanhar os recursos, saber onde está e requerer ao juiz a marcação do julgamento. O dono da ação penal é o MP. Por isso, digo que o MP é um dos grandes ou o principal culpado nessa história toda porque ele não acompanha”, acusou.

O Ministério Público foi procurado, por meio da assessoria de comunicação, mas não se pronunciou até o fechamento desta reportagem.

### **O outro lado**

O advogado de defesa de Antônio Leopoldo, Fabrício Campos, informou que o julgamento ainda não aconteceu porque recursos em instâncias superiores ainda precisam ser julgados. O mesmo foi informado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Sobre o outdoor, Campos destacou que essa é uma atitude despropositada e reflete uma percepção distorcida da tramitação de uma processo que está cheio de irregularidades, que vêm sendo combatidas com uso de recursos disponíveis pela Constituição e pela lei.

### **Crime e processo**

Alexandre Martins de Castro Filho tinha 32 anos e quase cinco de carreira no magistrado capixaba quando foi executado a tiros, no dia 24 de março de 2003. Desde 2002, ele investigava ações do crime organizado no Estado e havia denunciado irregularidades no sistema carcerário capixaba.

Os outros dois acusados de mando na morte do juiz foram à júri popular em 2015. O ex-policial civil e empresário Cláudio Luiz Batista, o Calú, foi absolvido. Já o coronel reformado da Polícia Militar, Walter Gomes Ferreira, foi condenado a 23 anos de prisão, mas responde em liberdade.

## Viatura foi confundida

Acusado do latrocínio (roubo seguido de morte) do cabeleireiro Wamevo Santos, em Manguinhos, e de atirar contra o investigador Roberto Luiz Avelino Pereira Filho, da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio da Polícia Civil, Weliton de Souza Barbosa alegou que confundiu a viatura descaracterizada, um Astra preto, com carro de rivais.

“Weliton alega que está jurado de morte, que tinha sido ameaçado e que, no momento que a viatura entrou no local, ela estava em uma velocidade reduzida, ele desconfiou e começou a efetuar os disparos”, explicou o delegado Jordano Bruno Gasperazzo.

### FORAGIDO

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, afirmou que Weliton não deveria estar solto.

Segundo ele, o acusado tem “um longo passeio pelo código penal”, com passagem por homicídio, tráfico, roubos e agora por latrocínio.

Weliton estava foragido da Justiça. Ele, que cumpria pena em re-



**MARCA** de tiros em carro da polícia

gime semiaberto na Penitenciária Semiaberta de Cariacica, fugiu da unidade em 10 de janeiro deste ano.

Desde então, era procurado pela polícia. A fuga está sendo investigada pela Corregedoria da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus).

## Acusado de matar PM ganha a liberdade

O acusado de matar a tiros o soldado da Polícia Militar André Monteiro dos Santos, Wanderson Vasconcelos Dossi, teve concedida pela Justiça a liberdade provisória.

O crime aconteceu na madrugada de 16 de fevereiro, quando o soldado saía da academia com a namorada. Segundo a Justiça, o inquérito será devolvido para a Polícia Civil e investigações serão feitas pelo Ministério Público.